

## **Aspectos históricos e conceituais relacionados ao atendimento educacional de pessoas com deficiência**

---

*Cristiana Laurindo*

*Rudney da Silva*

*Letícia Carneiro Aguiar*

DOI: 10.47573/aya.88580.2.54.6

## RESUMO

A compreensão de aspectos históricos e conceituais envolvidos no atendimento educacional de pessoas com deficiência pode contribuir para alguns superação de lacunas que ainda persistem na inclusão brasileira. Assim, este estudo tem como objetivo central analisar algumas trajetórias do atendimento prestado às pessoas com deficiência ao longo da história, desde as sociedades primitivas, passando pela antiguidade, modernidade e até os dias atuais nos cenários mundial, brasileiro e em especial do estado de Santa Catarina. Para tanto, este estudo foi realizado por meio de uma revisão narrativa da literatura, realizada a partir de um estudo bibliográfico e documental. A identificação, seleção e análise das obras identificadas foi orientada por quadro operacional de indicadores constituído de duas categorias principais: a) Aspectos Históricos; b) Aspectos Conceituais. A análise das informações também foi orientada pelo quadro operacional, utilizando técnicas elementares da análise de conteúdo, neste caso, das ferramentas de unidades de significância e reagrupamento temático, e tratadas intencionalmente por uma compreensão dialética das informações. Com base nas análises empreendidas, pode-se verificar que as pessoas com deficiência receberam ao longo da história tratamentos diferenciados que refletiram e ainda continuam espelhando as condições econômicas, políticas e sociais típicas de cada sociedade. Pode-se verificar ainda que os atendimentos educacionais passaram por fases desde a segregação escolar até a inclusão educacional e que o conceito de deficiência reflete as transformações históricas compatíveis com a visão de mundo, de sociedade e de homem inerente a cada local e época.

**Palavras-chave:** educação. deficiência. atendimento. aspectos históricos. aspectos conceituais.

## ABSTRACT

Understand the historical and conceptual aspects involved in the educational attendance of people with disabilities can contribute to overcoming gaps that still persist in Brazilian inclusion. Thus, this study aims to analyze some trajectories of educational treatment provided to people with disabilities throughout history, from primitive societies, through antiquity, modernity and to the present day in the world, Brazilian and especially in the state of Santa Catarina. Therefore, this study was carried out through a narrative review of the literature, carried out from a bibliographical and documentary study. The identification, selection and analysis of the identified works was guided by an operational framework of indicators consisting of two main categories: a) Historical Aspects; b) Conceptual Aspects. The analysis of the information was also guided by the operational framework, using elementary techniques of content analysis, in the present study, of the tools of significance units and thematic regrouping, intentionally treated by a dialectical understanding of the information. Based on the analyzes undertaken, it was possible to verify that people with disabilities have received, throughout history, different treatments that reflected and still continue to reverberate at the economic, political, and social conditions typical of each society. It can also be seen that educational services have passed through phases ranging from school segregation to educational inclusion and that the concept of disability reflects the historical transformations compatible with the vision of the world, society, and man inherent to each place and time.

**Keywords:** education. disability. services. historical aspects. conceptual aspects.

## INTRODUÇÃO

As exigências instituídas pelas sociedades contemporâneas têm determinado novos padrões de produtividade e competitividade e as formas constituídas para resolver estas situações têm aumentado a demanda por conhecimentos e informações decorrentes principalmente da educação. Neste sentido, a educação pode ser considerada um componente essencial das estratégias de desenvolvimento social, político e econômico e suas questões têm assumido papel central nos debates governamentais que se materializam nas políticas públicas elaboradas nas últimas décadas. (SHIROMA, 2011) Contudo, no âmbito social, algumas realidades educacionais resistem negativamente impondo realidades estigmatizadoras, discriminatórias e em muitos casos, inclusive, segregadoras, como já ocorreu na educação especial.

Neste sentido, as políticas públicas de inclusão educacional de pessoas com deficiência devem ponderar estas resistências a partir da compreensão das lentas mudanças de paradigmas educacionais que podem se prolongar por décadas. Assim, entender esta realidade pode auxiliar na superação de problemas educacionais que ocorrem cotidianamente e que potencializam algumas das dificuldades existentes, como o desgaste da carreira docente, os baixos salários, a degradação das estruturas físicas, as aprovações compulsórias, o distanciamento dos conteúdos à realidade, a violência e o afastamento familiar, agravando-se sobremaneira com a realidade inerente à inclusão de alunos com deficiência (SANFELICE, 2006).

Já no âmbito jurídico, no Brasil, existem várias legislações nacionais, estaduais e municipais de apoio à educação de pessoas com deficiência, como por exemplo, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) que determina, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (BRASIL, 1996) regulamenta, que o Estado deve assegurar na educação básica o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência<sup>1</sup>. Contudo, apesar de constituir crime, punível com multa e reclusão de um a quatro anos, o ato de recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência (BRASIL, 1989), pode-se verificar que as escolas até disponibilizam vagas a este alunado, porém, algumas apresentam realidades pedagógicas que não facilitam, e em muitos casos dificultam o desenvolvimento de alunos com deficiência (LEONARDO, BRAY e ROSSATO, 2009), contrariando assim, a legislação vigente no Brasil que não permite este tipo de diferenciação (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996; CURY e FERREIRA, 2010a; CURY e FERREIRA, 2010b).

Deve-se apontar que muitas destas situações já foram superadas em inúmeros países, como por exemplo, na Alemanha, pois segundo Beyer (2004), o governo alemão desde a década de 1970 já não separava alunos sem e com deficiência e não os classificava conforme suas deficiências, mas os atendia segundo o princípio da vida em comum, o que permitia revelar as falhas pedagógicas que deveriam ser corrigidas no processo educacional oferecido já desde aquele período. Beyer (2004) assinala ainda, que uma das garantias no modelo inclusivo alemão se sustenta na garantia de oferecimento do Segundo Professor orientada por uma formação especializada e uma atuação individual conforme as possibilidades e necessidades de cada aluno.

Portanto, destaca-se que a compreensão de aspectos históricos e conceituais envolvidos no atendimento de pessoas com deficiência, pode auxiliar na superação de estigmas e situa-

*1 Termo adotado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que representava à época os avanços conceituais (SASSAKI, 2005), e que atualmente é designado por “pessoa com deficiência”, ou ainda, de maneira mais específica no âmbito educacional, por “aluno com deficiência”.*

ções discriminatórias que ainda persistem na realidade educacional brasileira. Deste modo, este artigo tem como objetivo central analisar algumas trajetórias do atendimento prestado às pessoas com deficiência ao longo da história humana, desde as sociedades primitivas, passando pela antiguidade e modernidade, até os dias atuais nos cenários mundial, brasileiro e em especial do estado de Santa Catarina. O estado de Santa Catarina foi selecionado por se tratar de uma das unidades federativas brasileiras com um dos sistemas de ensino mais antigo e adiantado de atendimento educacional à pessoa com deficiência (NUNES, 2008).

## MÉTODO

Este artigo foi delineado como uma revisão narrativa da literatura, pois este tipo de estudo pode ser considerado como pesquisas que utilizam fontes de informações bibliográficas para fundamentar teórica e cientificamente um determinado objetivo (ERCOLE, MELO e ALCOFORADO, 2014). Cordeiro *et al.* (2007) destaca que a revisão narrativa permite análises de temáticas mais abertas que nem sempre são possíveis de serem investigadas de formas muito específicas.

Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico e documental (LAVILLE e DIONE, 1999; RICHARDSON, 1999), pois se buscou as bases teóricas das análises empreendidas na literatura especializada e na regulamentação jurídica brasileira, principalmente, nas áreas de educação e educação especial tanto disponíveis em livros quanto em artigos científicos disponíveis em bases de dados de acesso público e no idioma português. A identificação, seleção e análise das obras identificadas foi orientada por meio do quadro operacional de indicadores construído especificamente para este artigo (LAVILLE e DIONE, 1999), como pode ser observado na Figura 1.

**Figura 1- Quadro Operacional da Pesquisa**

| CATEGORIA            | SUBCATEGORIAS        | TEMAS   |
|----------------------|----------------------|---|
| Aspectos Históricos  | Cenário Mundial      | Realidades sociais; Realidades culturais; Tipos de atendimento; Fragmentos históricos (Pré-História; Idade Média; Idade Moderna)                            |
|                      | Cenário Nacional     | Fragmentos históricos (Período colonial; Período imperial); Início atendimento brasileiro; Bases Constitucionais; Institucionalização; Integração; Inclusão |
|                      | Cenário Regional     | Atendimento público em educação especial; Instituição de referência; Realidades regionais; Políticas públicas de educação especial e inclusiva              |
| Aspectos Conceituais | Questões Gerais      | Categorização; Conceitualização; Influências sócio-históricas   |
|                      | Questões Específicas | Estigmatizações dos termos; Tecnificação dos termos; Usos coloquiais  |

A análise das informações foi realizada com o apoio do quadro operacional, utilizando técnicas elementares da análise de conteúdo, neste caso, das ferramentas de unidades de significância e reagrupamento temático (BARDIN, 2001). As temáticas em tela foram apresentadas em dois grandes tópicos, neste caso, relacionado aos aspectos históricos e conceituais relacionados a deficiência.

As informações foram tratadas por meio da análise do conteúdo em uma compreensão

dialética, a qual permitiu estabelecer relações entre as categorias a priori e a posteriori as quais foram inseridas no quadro operacional. Segundo Zago (2013, 114-115), a compreensão dialética procura “[...] o significado do real na atuação histórica, concreta e material das pessoas. É na história que os seres humanos engendram e significam o mundo ao seu redor. [...]”. Wachowicz (2001) aponta ainda, que o “[...] ponto de partida para o método dialético na pesquisa é a análise crítica do objeto a ser pesquisado, o que significa encontrar as determinações que o fazem ser o que é [...]”, sendo que a compreensão do objeto em estudo deve considerar a totalidade do processo de acordo com a intencionalidade do estudo, podendo estabelecer assim, as bases teóricas para sua transformação.

## FRAGMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

### Cenário Mundial

Considerando que, de acordo com Martins (2008, p. 25), é característica de uma concepção materialista histórica dialética ressaltar as transformações da realidade ao observá-la ao longo dos tempos e que é possível perceber através de um olhar mais aprofundado sobre esse processo, pode-se interpretar que as transformações que ocorreram no mundo ao longo da história são decorrências da luta que os agrupamentos humanos travaram pela sobrevivência (MARTINS, 2008). Neste sentido, percebe-se a importância de se recorrer à história buscando suas transformações, seus significados, tentando dar conta de sua historicidade, a fim de que se possa fazer uma reconstituição do passado e assim ter condições de entender suas rupturas e continuidades, neste caso, relacionadas às pessoas com deficiência e em especial voltadas à sua educação.

Ao longo da história as pessoas com deficiência receberam tratamentos diferenciados de acordo com as atitudes, que variaram desde a eliminação até adoração, e com o contexto social vigente. Segundo Silva (1987), pode-se observar que nas sociedades primitivas existiam basicamente dois tipos de atitudes em relação às pessoas com deficiência, sendo uma baseada na aceitação e tolerância, e outra de rejeição e eliminação concretizada por rituais fatais aplicadas, as quais também eram aplicadas às pessoas doentes e aos idosos.

Em culturas antigas médio-orientais, como o Egito o atendimento médico dado às pessoas com deficiência, físicas ou mentais, fossem elas decorrentes de malformação congênita ou de acidente, eram destinadas as camadas mais favorecidas, como a nobreza, os sacerdotes, os guerreiros e seus familiares (SILVA, 1987). As camadas menos favorecidas da população, tinham atendimento médico em dias prefixados, nos quais sacerdotes em formação prestavam atendimento gratuito. Já em culturais antigas greco-latinas, como da cidade de Esparta, na Grécia, era costume lançar crianças defeituosas em um abismo chamado Monturo do Apótetas, das Montanhas Taigeto (SILVA, 1987).

Este tratamento espartano de eliminação das pessoas com deficiência se iniciava com a formação de uma comissão de anciãos de reconhecida autoridade que se reuniam em um local oficial para examinar o recém-nascido que deveria ser obrigatoriamente apresentado pelos pais. Se os anciões verificassem que a criança era bela e bem formada, ela era devolvida aos pais que

tinham a incumbência de criá-lo até certa idade. Depois esta responsabilidade era passada para o Estado, que continuava sua educação. Porém, se a criança lhes parecesse feia, disforme, ou franzina, os anciãos ficavam com a criança e a levavam para ser lançada à morte. (SILVA, 1987)

Já na Roma antiga, historiadores têm referido dificuldades de encontrar referências precisas sobre a pessoa com deficiência<sup>2</sup>. No entanto, Silva (1987) aponta que no direito Romano havia leis que garantiam ou negavam, dependendo das circunstâncias, os direitos de um recém-nascido. Uma das condições para negação do direito, por exemplo, era a falta de vitalidade e distorções da forma humana. Entretanto, neste contexto, segundo Silva (1987), mesmo com a existência das leis, o infanticídio legal não ocorria com muita frequência, pois crianças malformadas eram com certa frequência, abandonadas em cestinhas nas margens do rio Tibre, onde eventualmente escravos ou pessoas empobrecidas se apossavam dessas crianças, criando-as para depois servirem como meio de exploração.

Sob a influência do Cristianismo, nos séculos iniciais, ocorreram algumas mudanças na maneira como as pessoas com deficiência passaram a ser tratadas pela sociedade (PESSOTI, 1984; OLIVEIRA, 2006). Segundo Pessoti (1984) com a introdução da doutrina cristã, a pessoa com deficiência passou a ter alma, e como tal não devia mais ser abandonada ou eliminada, prevalecendo, deste modo, o que é chamado de ética cristã, a qual nos séculos iniciais da Idade Média determinou, ainda que com sentido puramente assistencialista, o acolhimento das pessoas com deficiência em instituições religiosas. Foi ainda sob a influência da doutrina cristã que começaram a surgir os hospitais voltados para o atendimento de doentes agudos ou crônicos, dentre os quais indivíduos com algum tipo de deficiência (SILVA, 1987).

Segundo Silva (1987) nos meados da Idade Média, não havia conhecimentos suficientemente aprofundados sobre as doenças, principalmente sobre suas causas, e o medo do desconhecido e do sobrenatural que levava a “[...] necessidade de dar aos males deformantes uma conotação diferente e misteriosa, muito mais diabólica e vexatória do que em qualquer outro sentido mais positivo” (p. 216). Neste contexto histórico as pessoas com deficiência, como não podiam contar com os meios para garantir sua sobrevivência, começaram a pedir esmolas de forma sistemática para garantir seu sustento, que de acordo com Silva (1987, p. 218), havia toda uma organização que promovia “verdadeiras redes para angariação de esmolas e donativos”.

No período conhecido como Renascimento, ocorrido entre os séculos XV e XVII, houve no mundo europeu uma lenta mudança com o surgimento dos primeiros direitos e deveres para pessoas com deficiência, com o estabelecimento da filosofia humanista e com o advento da ciência, que apesar de ainda prevalecer um caráter assistencialista, propiciou um novo modo de pensar, revolucionário sob muitos aspectos, que alteraria também a vida do homem menos privilegiado, ou seja, a imensa legião de pobres e de enfermos, enfim, dos marginalizados sociais da época. (SILVA, 1987; SILVA, 2001)

Dentre estes indivíduos menos privilegiados, segundo Silva (1987), sempre e sem sombra de dúvidas, os portadores de problemas físicos, sensoriais ou mentais, estavam compreendidos. No entanto, afirma o autor, apesar da filosofia humanista procurar valorizar o homem, na prática as condições de vida das pessoas permaneciam muito ruins, principalmente das camadas mais baixas da população europeia, como os pobres, mendigos e pessoas com deficiência,

*2 O termo que será utilizado no texto é “pessoa com deficiência”, que foi oficialmente legalizado por meio da Portaria nº 2.344, de 3 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010). Este documento legal busca atualizar o termo tanto no tratamento que deve ser dado às pessoas com deficiência, quanto à sua utilização em normas, órgãos, entre outros.*

fazendo com que a mendicância se proliferasse em várias localidades daquele continente, principalmente devido ao alheamento da nobreza, da burguesia e dos governantes da época.

No século XIX, segundo Silva (1987), as sociedades de muitos países europeus começaram assumir a responsabilidade pelos diversos grupos minoritários que eram marginalizados à época. Os Estados, ao oferecerem maior atenção a esses grupos, perceberam que muito mais do que hospitais e abrigos, esses necessitavam de um atendimento mais especializado, especialmente às pessoas com deficiência. Silva (1987) destaca o desenvolvimento de um atendimento mais especializado, principalmente no campo da cegueira, da surdez e no avanço da ortopedia para as pessoas que possuíam alguma lesão física.

Ao longo do século XX, a assistência dada à população mais pobre e às pessoas com deficiência teve um aumento substancial, em quase todo o mundo. Este aumento ocorreu, segundo Silva (1987), devido a uma filosofia social que valorizava o homem, e neste contexto, o engajamento de muitos setores da sociedade no bem-estar comum e nos progressos das ciências, desencadearam ações em diversos campos da realidade social, política e econômica, entre outras, em diversos países, principalmente aqueles com maior nível de desenvolvimento, pois as exigências do mundo do trabalho determinaram tais ações.

## Cenário Nacional

No Brasil, ainda nos períodos colonial e imperial, segundo Santos Filho (s.d.) *apud* Silva (1987), era raro encontrar “aleijados”<sup>3</sup>, cegos, surdos, “coxos”<sup>4</sup> entre os indígenas, sendo que a explicação historicamente mais aceita é de que quando as deformidades tinham origens hereditárias era executado o infanticídio. As poucas anomalias físicas que existiam entre alguns índios eram consequências de ferimentos nas guerras, e os poucos escravos com deficiência física existiam por maus tratos, determinando deste modo, uma quase ausência das pessoas com deficiência do convívio social, principalmente entre indivíduos que não eram tipicamente representantes da nobreza.

De acordo com Mazzotta (1999), o atendimento às pessoas com deficiência, no Brasil, teve início oficial na época do Império por meio de decreto imperial emitido por Dom Pedro II, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e do Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, ambos no Rio de Janeiro, hoje chamados respectivamente de Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional de Educação de Surdos. Existem também registros de outras ações voltadas para o atendimento médico-pedagógico aos “deficientes mentais”<sup>5</sup>, como os serviços prestados pelo Hospital Estadual da Bahia, em 1874, e como a criação da “Escola México”, no Rio de Janeiro, em 1887 (MAZZOTTA, 1999; MENDES, 2010). Segundo Januzzi (1992) *apud* Mendes (2010, p. 94), no período colonial “prevaleceu o descaso do poder público, não apenas em relação à educação de indivíduos com deficiências, mas também quanto à educação popular de modo geral [...]”.

Segundo Silva (2009), após a Proclamação da República no Brasil em 1889, ocorreram mudanças no contexto social que interferiram no panorama da educação no país. Assim, no início do século XX, entre as décadas 1920 e 1930, começou a se consolidar no Brasil um movimento denominado de Escola-Nova. Este movimento, apesar de defender a diminuição das de-

<sup>3</sup> Termo clínica e socialmente adotado à época.

<sup>4</sup> Termo clínica e socialmente adotados à época.

<sup>5</sup> Termo clínica e socialmente adotados à época.

sigualdades sociais, ao enfatizar o estudo das características individuais e ao propor um ensino adequado e especializado para aqueles alunos que não conseguiam acompanhar as exigências da escola regular, contribuía para a exclusão dos alunos com deficiência do ensino regular (SILVA, 2009). Neste contexto, surgiram também as primeiras escolas especiais do Brasil, nomeadamente o Instituto Pestalozzi, instituição de caráter privado especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental, do Rio Grande do Sul (1926), de Minas Gerais (1935), do Rio de Janeiro (1948) e de São Paulo (1952).

Conforme Silva (2009), até a década de 1940 não havia uma preocupação com a educação das pessoas com deficiência no Brasil. Tanto que, de acordo com Bueno (1993), a educação especial se expandiu no Brasil, principalmente nas décadas seguintes, com o surgimento de outras entidades privadas de caráter assistencial com apoio do poder público. Segundo Mazzotta (1999), até 1950, havia cinquenta e quatro estabelecimentos de ensino regular voltados para o atendimento escolar especial a pessoas com deficiência e onze instituições especializadas, principalmente as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). As primeiras APAE's foram criadas no Rio de Janeiro/RJ (1954), Brusque/SC (1955) e Volta Redonda/RJ (1956) (MAZZOTTA, 1999; FENAPAE, 2014).

Esta fase do atendimento às pessoas com deficiência, segundo Sasaki (1997), hegemonicamente oferecido em instituições à parte do ensino regular, caracterizou-se pela Segregação Institucional, iniciada na década de 1960, na qual eram oferecidos serviços educacionais para pessoas com deficiência em classes de alfabetização de grandes instituições. Porém, com a negativa de acesso de pessoas com deficiência à escola regular, em meados da década de 1950 e mais intensamente na década de 1960, foram criadas oficialmente as primeiras escolas especiais originadas com as referidas associações de pais de pessoas com deficiência e posteriormente com as classes especiais nas escolas comuns. Este contexto permitiu ainda, o surgimento dos primeiros movimentos integracionistas do Brasil, provocados pelas discussões mundiais ocorridas à época (SILVA, 2001).

Na fase da integração, surgida na década de 1970, as pessoas com deficiência começaram a ser aceitas em escolas comuns e a conviver em ambientes menos restrito. Porém é importante ressaltar que o atendimento nas escolas comuns se destinava apenas àqueles alunos que conseguiam se adaptar ao sistema e que, apesar da carência teórica, era o modelo de atendimento utilizado no Brasil (SILVA, 2001). Assim, os alunos que não atendiam a essa condição eram excluídos, o que demonstrava que a base teórica da integração educacional não foi disseminada adequadamente, já que ela pressupunha três elementos básicos, neste caso a integração temporal, a integração instrucional e a integração social, as quais foram menosprezadas no contexto educacional brasileiro, e que se fossem adequadamente executadas, praticamente contemplariam grande parte dos problemas existentes à época (SILVA, 2001).

Deste modo, deve-se apontar que a Integração Temporal consistia em dar oportunidades para a pessoa com deficiência conviver com as pessoas sem deficiência, porém essa convivência deveria ocorrer de forma gradual, havendo primeiro a preparação de ambas (MICHELS e GARCIA, 1999). A Integração Instrucional, segundo Pereira (1980) *apud* Michels e Garcia (1999), consistia na facilitação do processo ensino aprendizagem e para seu êxito era necessário que as necessidades educacionais da pessoa com deficiência fossem compatibilizadas com as oportunidades oferecidas no ensino regular. Já a Integração Social, referia-se ao relacionamento entre

as pessoas com deficiência e as pessoas sem deficiência, propondo a análise do processo de integração a partir da proximidade física, da conduta interativa, da assimilação e da aceitação do aluno com deficiência em relação ao grupo. (MICHELS; GARCIA, 1999).

Já a fase de inclusão surgiu no final da década de 1980 e avançou durante a década de 1990, principalmente a partir da Declaração de Salamanca de 1994. O objetivo principal da inclusão educacional era adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos, independente de suas necessidades, procurando estabelecer um sistema único de educação com qualidade para todos, no qual as diferenças individuais devem ser encaradas como enriquecedoras da educação e não como motivo para a exclusão (SASSAKI, 1997). Atualmente, a educação inclusiva está focada no aluno, visto que este possui características, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, e neste caso, o sistema escolar deve ter conhecimento das necessidades educacionais de seus alunos, a fim de que possa definir quais serviços e procedimentos devem ser adotados para atender a essas necessidades (BRASIL, 1994).

## Cenário Regional

Analisando-se um cenário regional específico, pode-se destacar o atendimento ao público na área da Educação Especial do estado de Santa Catarina, o qual iniciou oficialmente em 1957, com o funcionamento de classe especial para alunos com deficiência, no Grupo Escolar Dias Velho. Em 1961 foi criada a Divisão de Ensino Especial da Secretaria da Educação que tinha como uma de suas atribuições coordenar o atendimento dos deficientes visuais e da audio-comunicação. No ano de 1963, o Governo do estado de Santa Catarina determinou através do Decreto n.º. 692, o funcionamento dos serviços de educação especial em parceria com a iniciativa privada, sendo que o Estado assumiria como contrapartida a responsabilidade pela provisão dos serviços e pela cessão de professores. (SANTA CATARINA, 2006)

No ano de 1968 a Lei n.º. 4.156, regulamentada através do Decreto n.º. 7.443 instituiu a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), a qual foi a primeira instituição pública estadual responsável pela definição e coordenação da política de educação especial (SANTA CATARINA, 2009). Em 1977 a FCEE elaborou e executou o projeto piloto “Montagem de currículo para educação especial: criação de classes especiais”, que tinha como objetivo implantar classes especiais nas escolas de ensino regular do estado em parceria com o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Este Projeto foi aprovado em 1978 pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), seguido pelo “Programa de Ação Integrada para o Atendimento do Excepcional em Santa Catarina”. Este documento tinha como objetivo atender alunos com deficiência mental, à época classificados como educáveis, nas classes especiais das escolas da Rede Estadual de Educação (SANTA CATARINA, 2002).

Neste período, foi criada ainda, com o intuito de atender a Política Nacional implantada pela CENESP, a “sala de multimeios”, para atendimento o aluno com deficiência sensorial na rede regular, posteriormente, denominada “sala de recursos” (SANTA CATARINA, 2006, p. 9). Por conta dessas ações foi necessária a criação em 1979, do Serviço de Supervisão Regional de Educação Especial (SURESP) que tinha como objetivo a descentralização e dinamização das atividades da educação especial em todas as regiões de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2006).

Em 1972, a FCEE criou o atendimento à pessoa com deficiência física, com seu início no

Centro de Reabilitação Neurológica. Este atendimento era destinado às crianças que apresentavam paralisia cerebral com ou sem comprometimento mental. Em 1980, a FCEE, através do projeto “Serviço de Atendimento ao Deficiente Físico”, redefiniu essa modalidade de atendimento, dando prioridade ao aluno que apresentava paralisia cerebral sem comprometimento mental. (SANTA CATARINA, 2006, p. 10)

Em 1984, o CEE de Santa Catarina, através da Resolução nº 06, fixou normas para a educação especial, prevendo a implantação de 2.000 classes especiais na rede regular para atender a demanda de alunos, considerando os benefícios que teriam com esse tipo de atendimento. Importante destacar que este foi o primeiro documento legal do CEE normatizando a educação especial no estado. (SANTA CATARINA, 2002) Na década de 1980, a partir da “Política de Integração da Pessoa com Deficiência” adotada pelo estado, começaram a ser implantadas na rede regular de ensino de Santa Catarina, as “salas de multimeios” que eram voltadas para o atendimento dos alunos com deficiência sensorial, o que levou a FCEE a ser considerada instituição de referência no Brasil por seus modelos de atendimento “integracionistas” (SANTA CATARINA, 2002).

Já no final da década de 1980, a SED realizou levantamento e identificou que aproximadamente 200.000 crianças em idade escolar não freqüentavam a escola. Com base neste levantamento a SED estabeleceu o Plano para a Campanha da Matrícula Escolar – 1987/1991, que buscava garantir o acesso à matrícula no ensino regular aos alunos com deficiência. (SANTA CATARINA, 2002). Porém, somente em 1996 o estado de Santa Catarina oficializou a Política de Educação Especial por meio da Resolução nº. 01 do CEE, que fixou as normas para a Educação Especial no sistema estadual de ensino.

Em 1998 foi publicada a “Proposta Curricular” que definia a concepção de educação adotada pelo Estado (SANTA CATARINA, 2006) e em 2001 foi elaborado o documento “Política de Educação Inclusiva”, que define “[...] metas e ações prioritárias, com respectivas estratégias de operacionalização, incluindo articulação com órgãos legislativos, judiciários e Ministério Público com vistas à supervisão e controle no cumprimento da legislação vigente.” (SANTA CATARINA, 2006, p. 12)

No ano de 2005, a SED e a FCEE elaboraram o documento “Política de Educação Especial” e em 2006 o CEE aprovou a Resolução nº. 112, que dava sustentação legal a esta política. (SANTA CATARINA, 2006). Em 2009 foi elaborado pela FCEE em parceria com a SED, o Programa Pedagógico de Santa Catarina, que estabelece as diretrizes dos serviços de educação especial. (SANTA CATARINA, 2009) Importante destacar que os documentos “Programa Pedagógico”, “Política de Educação Especial” e Resolução nº 112 têm sofrido revisados ao longo dos anos estabelecendo assim novas diretrizes para esta área. Até 2006, em Santa Catarina, segundo Ferreira (2011), a política pública para a Educação Especial foi elaborada e implementada por três instituições: FCEE, SED e GERED’s (atual Coordenadorias Regionais de Educação). A FCEE, de acordo com Ferreira (2011), é o órgão responsável pela organização, implantação e assessoramento dos serviços de atendimento à pessoa com deficiência e pela formação de professores para a área da Educação Especial. A SED tem caráter administrativo, sendo responsável pela disponibilização do espaço físico e pela contratação dos professores para os serviços especializados. A GERED é responsável pelo processo de abertura dos serviços e por sua implementação. (FERREIRA, 2011)

Pode-se ainda demonstrar o engajamento catarinense no atendimento à pessoa com deficiência, com as ações da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, que criou em 2011 a “Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência” por meio da Resolução n. 07/ALESC, que busca “fiscalizar as ações de governo e também discutir, sugerir e ajudar a implementar as políticas públicas de atendimento às pessoas com deficiências” (SANTA CATARINA, 2012, p. 6). Esta Comissão assume diversas ações proativas às pessoas com deficiência, como por exemplo, a elaboração do livro intitulado “Legislação do Estado de Santa Catarina – Pessoa com Deficiência” de 2012, que reúne as leis catarinenses que tratam dos direitos da pessoa com deficiência, e a realização de audiência pública em 2013 que teve participação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONEDE) e que teve o intuito de debater o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na rede particular de ensino (SANTA CATARINA, 2013). Deste modo, pode-se apontar o pioneirismo e a vanguarda das políticas públicas e ações do estado da Santa Catarina no atendimento educacional às pessoas com deficiência, desde os primeiros movimentos integracionistas da década de 1970, até o modelo inclusivo desenvolvido no estado atualmente (CARVALHO e NAUJORKS, 2005; NUNES, 2008; FERREIRA, 2011).

## QUESTÕES CONCEITUAIS BÁSICAS

Com base em Garcia (2004, p. 31), pode-se assumir que o conceito de inclusão pode ser compreendido como “[...] uma prática complexa e contraditória, com sentido de luta, de embate, que convive necessariamente com seu contrário, mas que se estabelece na direção de superar práticas sociais baseadas na desigualdade, embora sem garantias [...]”. Neste sentido com base nesta autora deve-se destacar que este conceito deve ser compreendido como relação travada em contexto histórico-social, por sujeitos sociais e não por aspectos técnicos, ou ações baseadas em regras preestabelecidas.

Pode-se apontar então, que as formas como as pessoas com deficiência receberam atendimento educacional a partir do surgimento das primeiras ações pedagógicas no país passaram por fases que vão desde a exclusão até a inclusão. Além disto, pode-se assumir ainda, que a evolução do conceito de deficiência no Brasil refletiu a evolução histórica destas formas de atendimento, sendo compatível com a visão de mundo, de sociedade e de homem de cada época. Deste modo, deve-se ressaltar que os termos foram se modificando, conforme se modificava o entendimento social sobre a pessoa com deficiência, nos diferentes momentos históricos de diversos grupos e sociedades.

Neste sentido, resgatar as alterações do conceito atribuído às pessoas com deficiência pode fornecer indícios à compreensão de práticas discriminatórias que ocorreram ao longo do tempo. Segundo Sasaki (2005), os termos utilizados em cada época, são compatíveis com certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade, não existindo, portanto, um único termo correto que seja válido definitivamente. Isto ocorre porque, segundo Cury (1992, p. 21), “as categorias são conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações”. Assim, as categorias não podem ser consideradas isoladas ou independentes, mas sim dentro de uma realidade que está se modificando e assumindo características diferentes.

Assim, para um melhor entendimento da terminologia que caracteriza as pessoas que apresentam alguma condição de deficiência, no Brasil atualmente, torna-se necessário apresentar brevemente a trajetória dos termos que foram utilizados ao longo da história da atenção às pessoas com deficiência. Assim, Sasaki (2005) aponta que durante muito tempo no começo da história, as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência, eram taxadas de “inválidas”. Este termo carregava um sentido pejorativo, significando pessoa sem valor, ou seja, essas pessoas eram consideradas socialmente inúteis. Importante ressaltar que na Antiguidade, as pessoas com deficiência eram consideradas inúteis em algumas sociedades porque não atendiam aos ideais predominantes à época.

No século XX, até meados da década de 1960, o termo utilizado passou a ser “incapacitado”, que no início significava “indivíduo sem capacidade” e posteriormente passou a significar “indivíduos com capacidade residual”. Na época era considerada pessoa incapacitada, aquela que tinha reduzida, como no caso do indivíduo com capacidade residual, ou eliminada sua capacidade em todos os aspectos físicos, psicológicos, sociais, profissionais, entre outros (SASSAKI, 2005). Destaca-se que no século XX aconteceram duas grandes guerras mundiais e a ocorrência de diversas sequelas físicas, sensoriais nos soldados que voltavam para seus países impôs, inclusive pela mídia, para esse contingente de soldados o termo “incapacitado”.

Entre 1960 e 1980 eram utilizados os termos “defeituosos”, “deficientes” ou “excepcionais” (SASSAKI, 2005). O termo defeituoso significava “indivíduos com deformidade”, referindo-se principalmente à deficiência física e o termo “deficiente” significava “indivíduos com deficiência”, ou seja, aqueles que possuíam algum tipo de deficiência (SASSAKI, 2005). Ainda de acordo com Sasaki (2005) a sociedade passou a utilizar estes termos, com o intuito de não focar no que as pessoas não conseguiam fazer, mas na deficiência em si. Já o termo “excepcional” foi utilizado para designar pessoas com deficiência intelectual, assumindo o termo como uma pretensa explicação científica no qual o conceito de excepcional representava aquele que estava fora da curva de normalidade oriunda da estatística, podendo referir-se tanto a pessoas superdotadas ou com altas habilidades e gênios, quanto a pessoas com deficiência intelectual.

Em meados da década de 1980, o termo utilizado passou a ser “pessoas deficientes”. Este novo termo teve grande impacto na sociedade, ajudando a melhorar a imagem destas pessoas, pois foi atribuído o valor “pessoas” aqueles que tinham deficiências, igualando-os em direitos a qualquer membro da sociedade (SASSAKI, 2005). Este termo foi substituído pouco tempo depois, pelo termo “portadores de deficiência”, pois o termo passou a se constituir como um valor agregado à pessoa. Esta substituição ocorreu, devido às contestações que foram feitas alegando-se que o termo “pessoa deficiente” sinalizava que a pessoa inteira era deficiente. Contudo, apesar do termo “portadores de deficiência” ter sido adotado em vários documentos federais e estaduais e foi incluído em nomes oficiais de várias instituições, foi rapidamente contestado, pois a alegação era de que a pessoa não “porta” sua deficiência, ela possui uma deficiência (SASSAKI, 2005).

Ainda na década de 1990 foi proposto o termo “necessidades especiais” em substituição ao termo “deficiência” anexada ao termo pessoa, daí a expressão “portadores de necessidades especiais”. Segundo Sasaki (2005, p. 3), “com a vigência da Resolução nº 2, “necessidades especiais” passou a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas”. Também na década de 1990, no âmbito da educação, foi introduzido o termo “pessoas com

necessidades educativas especiais” em diversos documentos oficiais brasileiros, principalmente originados da Declaração de Salamanca de 1994. Contudo, foi identificada uma tradução inadequada do termo, pois no português brasileiro, “educativo” refere-se àquilo que educa, sendo posteriormente modificado para “educacional”, ou seja, aquilo relacionado à educação.

Para Sasaki (2005), os valores agregados às pessoas com deficiência são o de empoderamento, ou seja, a pessoa passa a ter o poder na tomada de decisões e autonomia individual, assumindo o controle da situação, e o da responsabilidade no sentido de contribuir na mudança por uma sociedade mais inclusiva. Segundo Sasaki (2004, p. 7), “compõem o conceito de empoderamento os conceitos de independência, autonomia e autodeterminação de cada pessoa ou grupo de pessoas”, referindo-se assim, a uma valorização da pessoa que tem condições de assumir o controle da sua própria vida mesmo com as limitações de sua deficiência, que tenha capacidade para tomar suas próprias decisões, se tornando um sujeito ativo dentro da sociedade.

Atualmente o termo utilizado é “pessoa com deficiência”, que foi oficialmente instituído por meio da Portaria nº 2.344, de 3 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010). Este documento legal busca atualizar o termo tanto no tratamento que deve ser dado às pessoas com deficiência, quanto à sua utilização em normas, órgãos, entre outros. Deste modo, atualmente, o conceito busca informar que antes de qualquer deficiência, o sujeito é uma “pessoa”, sendo que uma de suas características atribuídas é a deficiência, pelo uso da locução “com”. Contudo, alguns segmentos ainda insistem que estes termos apenas desviam a atenção para detalhamentos que necessariamente não alteram a realidade das pessoas, que por possuírem alguma deficiência, estão expostas às questões pejorativas relacionadas aos preconceitos, aos estigmas, à marginalização e à discriminação negativa, impostos sócio historicamente a estes indivíduos e que atualmente, inclusive, podem ser considerados agressões à legislação vigente.

Neste sentido, deve-se atentar para a importância do reconhecimento do conceito no que diz respeito às pessoas com deficiência, pois segundo Sasaki (2002) a utilização da terminologia correta é importante, principalmente quando abordamos assuntos que historicamente estão tão carregados de preconceito, estigma e discriminação. Além disso, a utilização incorreta da terminologia pode gerar inúmeras dificuldades, como conceitos obsoletos e idéias equivocadas, que acabam se perpetuando (SASSAKI, 2002).

De acordo com Bersch e Machado (2007), ainda que sejam reconhecidos os limites das terminologias, não se pode negar que elas podem auxiliar na busca dos serviços e recursos mais adequados que possam garantir a efetiva participação da pessoa com deficiência na sociedade, como pode ser verificado nas diferentes formas de atendimento educacional especializado que são oferecidos no Brasil, como por exemplo, o crescimento significativo na implantação de salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado na região nordeste, a qual é seguida pelas regiões sudeste e sul, sendo que as regiões norte e centro-oeste foram as regiões que apresentaram menor número de salas implantadas, como apontado por Junior e Marques (2015).

Portanto, pode-se assumir que historicamente a maneira como as pessoas com deficiência vem sendo tratadas reflete as diferentes condições econômicas, políticas e sociais de cada região ou país. Neste sentido pode-se verificar que isto ocorre, por exemplo, a partir das próprias diferenças na prevalência de deficiência que ocorrem no Brasil, pois enquanto a região Nordeste apresenta a maior taxa de prevalência de pessoas com pelo menos uma das deficiências

(26,3%), a região Sul do Brasil apresenta alguns dos menores índices (22,50), dados que confirmam “a tese de que a deficiência tem forte ligação com a pobreza [...]”. (OLIVEIRA, 2012, p. 11). Além disso, apesar de as políticas públicas destinadas as pessoas com deficiência, serem em sua grande maioria de âmbito nacional, tanto estados quanto municípios desenvolvem políticas complementares. Neste sentido, Kassar e Meletti (2012, p. 54) apontam que, no que se refere à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva:

[...] sua efetivação não é tranquila. Como qualquer política pública, a política educacional não é efetivada sob uma relação unidirecional, em que leis são assimiladas “automaticamente” e homoganeamente por todo país. [...] Nas diferentes localidades, as propostas sofrem interpretações, são lidas e entendidas diferentemente, de acordo com inúmeras variáveis históricas, econômicas e sociais.

Neste contexto, estudos têm demonstrado o pioneirismo do estado de Santa Catarina no atendimento educacional às pessoas com deficiência. (NUNES, 2008). Nunes (2008) destaca que este pioneirismo se iniciou antes mesmo das garantias fundamentais estabelecidas pela Constituição Brasileira de 1988, quando as ações governamentais do estado de Santa Catarina já estabeleciam políticas públicas de atendimento educacional as pessoas com deficiência, neste caso, com a integração educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises empreendidas pode-se concluir que ao longo da história as pessoas com deficiência receberam tratamentos diferenciados de acordo com as atitudes e contextos sociais vigentes em cada época e local. A partir da literatura utilizada, pode-se assumir que historicamente a maneira como as pessoas com deficiência vem sendo tratadas reflete as diferentes condições econômicas, políticas e sociais de cada região, país, ou sociedade. Pode-se concluir ainda, que as formas como as pessoas com deficiência receberam atendimento educacional, a partir do surgimento das primeiras ações pedagógicas no país, podem ser descritas por fases que vão desde a exclusão, segregação, integração e até a inclusão. Além disto, pode-se concluir que as transformações do conceito de deficiência no Brasil refletiu a desenvolvimento histórico destas formas de atendimento, sendo compatível com a visão de mundo, de sociedade e de homem de cada época. Deste modo, deve-se ressaltar que os termos foram se modificando, conforme o entendimento social sobre a pessoa com deficiência, nos diferentes momentos históricos de diversos grupos e sociedades. Portanto, é compreensível aceitar que os aspectos históricos e conceituais historicamente construídos merecem a devida atenção para busca da superação das dificuldades postas ao processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência.

## REFERÊNCIAS

Bardin, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2001.

BERSCH, R.; MACHADO, R. Conhecendo o aluno com deficiência física. In: SCHIRMER, C. *et al.* Atendimento Educacional Especializado: deficiência física. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BEYER, H. O. O pioneirismo da escola (modelo) Flämming na proposta de integração (inclusão) escolar na Alemanha: aspectos pedagógicos decorrentes. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27, 2004,

Caxambu. Anais da 27ª Reunião Anual. Caxambu: ANPEd, 2004.

BRASIL. Declaração de Salamanca. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência– Corde.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. Portaria SEDH n. 2.344, de 3 de novembro de 2010. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: Integração segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

CARVALHO, R. C.; NAUJORKS, M. I. Representações sociais: dos modelos de deficiência a leitura de paradigmas educacionais. Revista Educação Especial, n. 27, p. 01, 2005.

CORDEIRO, A. M. *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões [online], v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

CURY, C. R. J.; FERREIRA, L. A. M. Justiciabilidade no campo da educação. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiânia, v. 26, n.1, p. 75-103, jan./abr. 2010a.

\_\_\_\_\_. Obrigatoriedade da educação das crianças e adolescentes: uma questão de oferta ou de efetivo atendimento? Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 17, n. 18, p. 124-145, jan./dez. 2010b.

CURY, C. R. J. Educação e contradição. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão integrativa versus sistemática. Rev Min Enferm, v. 18, n. 1, p. 10, 2014.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAE'S – FENAPAE. Um pouco da história do movimento das APAES. Disponível em: [www.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml?a=10393](http://www.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml?a=10393).

FERREIRA, S. M. Análise da política do estado de Santa Catarina para a educação especial por intermédio dos serviços: O velho travestido de novo? 2011. 246 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GARCIA, R. M. C. Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira. 2004. 214 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

JUNIOR, S. V.; MARQUES, M. P. S. D. Atendimento educacional especializado: um estudo comparativo sobre a implantação das salas de recursos multifuncionais no Brasil. Revista Exitus, v. 5, n. 1, p. 50-69,

2015.

KASSAR, M. C. M.; MELETTI, S. M. F. Análises de Possíveis Impactos do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Ciências Humanas e Sociais em Revista, Rio de Janeiro, v. 34, n. 12, p. 49-63, jan./jun. 2012.

LAVILLE, C.; DIONE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: EUFMG, 1999.

LEONARDO, N. S. T.; BRAY, C. T.; ROSSATO, S. P. M. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 15, n. 2, p. 289-306, ago. 2009.

MARTINS, M. F. As dimensões ontológicas, axiológicas, e gnosiológicas de uma “filosofia da transformação”: O materialismo histórico dialético. In: MARTINS, M. F. Marx, Gramsci e o conhecimento; ruptura ou continuidade? São Paulo: Autores Associados; Unisal, 2008, p. 11-124.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: História e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MENDES, E. G. A. Breve histórico da Educação Especial no Brasil. Revista Educación y Pedagogia, Medellín, v.22, n.57, mai.-ago., p.93-110, 2010.

MICHELS, M. H.; GARCIA, R. M. C. A nova LDB e o processo de integração de sujeitos considerados portadores de deficiências. Ponto de Vista: revista de educação e processos inclusivos, Florianópolis, n. 1, p. 30-35, jan. 1999.

NUNES, L. R. As relações Educação Especial e Educação Inclusiva. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 9, n.18, p. 91-94, julho/dezembro, 2008.

OLIVEIRA L. M. B. Cartilha do Censo de 2010 – Pessoas com Deficiência. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/ Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNDP, 2012.

OLIVEIRA, R. A. R. Direito à inclusão: uma longa, tortuosa e dura conquista. Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n. esp., p.144-153, jun, 2006.

PESSOTI, I. Deficiência mental: Da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANFELICE, J. L. Inclusão educacional no Brasil: Limites e possibilidades. Revista de Educação PUC, Campinas. n. 21, p. 29-40, nov. 2006.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC. Legislação do Estado de Santa Catarina: Pessoa com Deficiência. - Florianópolis (SC): Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC. Audiência pública comissão de defesa dos direitos da pessoa com deficiência. 2013, Florianópolis. Ata da audiência pública para debater o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na rede particular de ensino.

Florianópolis, 2013.

\_\_\_\_\_. Fundação Catarinense de Educação Especial. Gerência de Pesquisa e Recursos Tecnológicos. Avaliação do processo de integração de alunos com necessidades especiais na rede estadual de ensino de Santa Catarina no período de 1988 a 1997. São José: FCEE, 2002.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina. São José: FCEE, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. Programa Pedagógico. São José, SC: FCEE, 2009.

SASSAKI, R. K. A inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

\_\_\_\_\_. Como chamar as pessoas que têm deficiência. 2005. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/Site/documentos/espaco-virtual/espaco-educar/educacao-especial-sala-maria-terezamantoan/ARTIGOS/Como-chamar-a-pessoa-que-tem-deficiencia.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Pessoas com deficiência e o desafio da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação, jul/ago de 2004.

\_\_\_\_\_. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano 5, n. 24, jan./fev. 2002.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, L. M. G. Educação Especial e inclusão escolar sob a perspectiva legal. In: V Simpósio Internacional: O Estado E As Políticas Educacionais no Tempo Presente, 5, 2009, Uberlândia.

SILVA, O. M. A epopeia ignorada. São Paulo: CEDAS, 1987.

SILVA, R. O processo de integração da pessoa portadora de deficiência mental no ensino regular municipal de Florianópolis. 2001. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

WACHOWICZ, L. A. Dialética na pesquisa em educação. Revista Diálogo Educacional, v. 2, n. 3. p.171-181, jan./jun. 2001.

ZAGO, L. H. O método dialético e a análise do real. Kriterion, v. 54, n. 127, p. 109-124, jun. 2013.

## AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao Governo de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação, em sua 18 Coordenadoria Regional de Educação – Florianópolis, pela concessão de afastamento para realização deste estudo componente de dissertação de mestrado, realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Sul de Santa Catarina.